



Informe Anual

2010

ceg rio

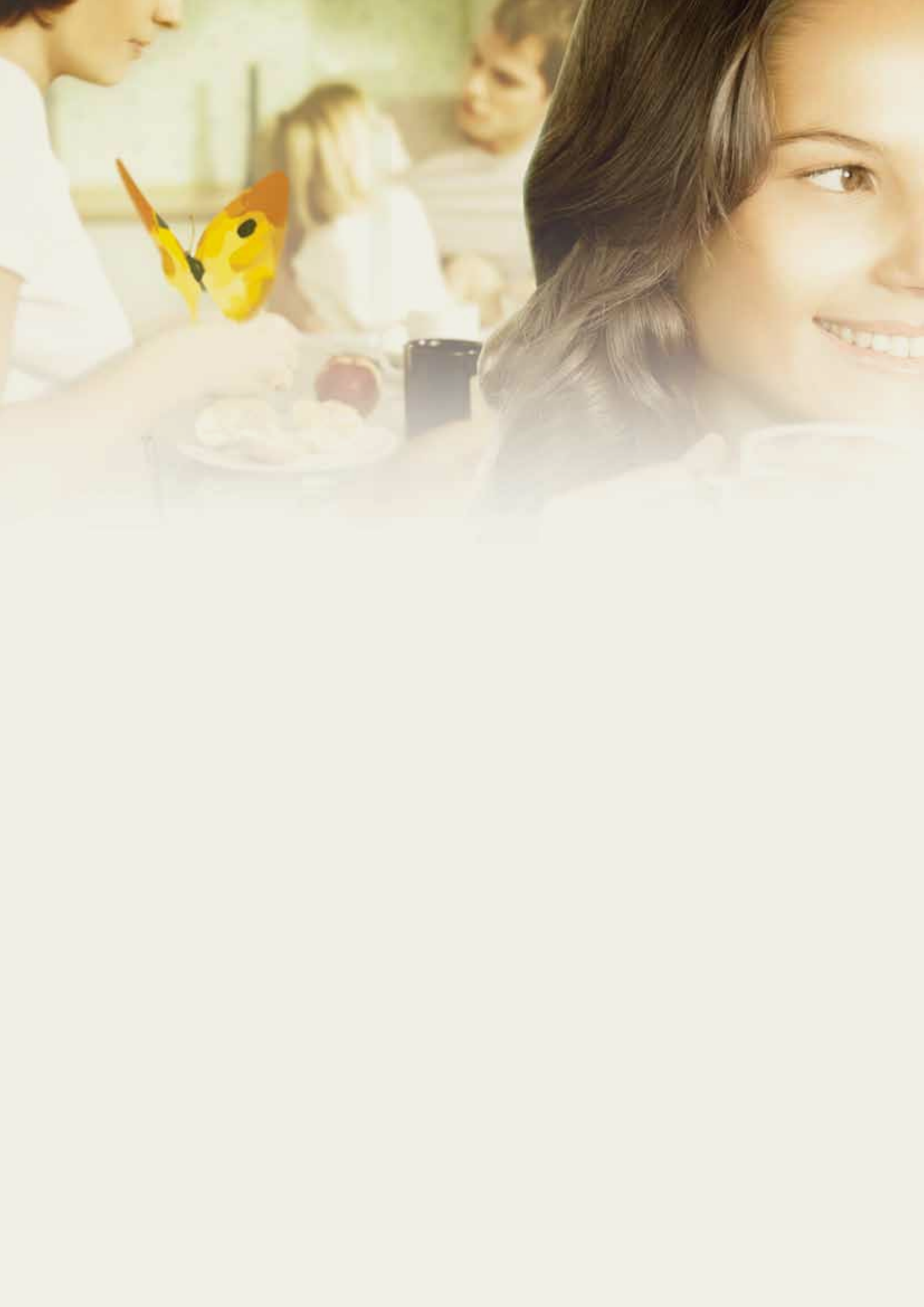
gasNatural
fenosa 

Informe Anual

2010

ceg rio

gasNatural
fenosa 





sumário

Apresentação do Presidente do Conselho de Administração		4
Mensagem do Presidente e do Country Manager		6
Conselho de Administração		8
Comitê de Direção		10
Cenário Macroeconômico e Energético		12
Gas Natural Fenosa no Mundo: um novo grupo, uma nova dimensão		14
Gas Natural Fenosa no Brasil: mais um ano de crescimento		15
Evolução da Atividade		18
Atividade Comercial		20
Atividade Técnica		22
Recursos Investidos		23
Sumário Financeiro		24
Remuneração aos acionistas		26
Financiamentos		27
Acionistas		28
Panorama Tributário		29
Responsabilidade Social Corporativa		32

Apresentação do Presidente do Conselho de Administração

O ano de 2010 foi um ano especial para o mercado de energia brasileiro. As descobertas de gás natural em vários pontos do país e a regulamentação da Lei do Gás apontaram para um cenário de oferta altamente competitiva no futuro próximo.

O Grupo Gas Natural Fenosa acredita fortemente no potencial do Brasil e do estado do Rio de Janeiro, onde se encontram as principais reservas de petróleo e gás. Pretende investir R\$ 1 bilhão no setor brasileiro de distribuição de gás, construir 903 km. de novas redes e ampliar para 67 o número de municípios atendidos com gás natural no Rio de Janeiro e São Paulo.

No caso do Rio de Janeiro, onde atualmente a quase totalidade das indústrias já usa gás em seus processos produtivos, a CEG RIO teve em 2010 um papel fundamental na conquista dos bons resultados desse segmento.

Impulsionadas pela participação em leilões de gás natural realizados pela Petrobras e pela estabilização econômica do país, as vendas da CEG RIO para a indústria cresceram 10,93%.

Mas foi no mercado de geração, com o acionamento das térmicas, que as vendas tiveram o maior aumento, chegando a superar em 61,9% as de 2009.

No segmento de gás veicular, apesar da retração geral ocorrida no mercado, a Companhia passou a abastecer novos postos em Cabo Frio, Barra Mansa, Resende e em Três Rios foi instalado o primeiro posto da cidade. No total, fechou 2010 com 97 postos de GNV na sua área de concessão.

Os indicadores financeiros também revelam o bom momento vivido pela Companhia, com 30,91% de crescimento das receitas operacionais, que atingiram R\$ 1.213.851 mil; lucro bruto de R\$ 177.631 mil, superando em 27,93% o ano anterior. O Lajida de R\$ 143.108 mil teve aumento de 33,99%.

O grande diferencial da CEG RIO sempre foi sua capacidade de expansão, levando o gás natural ao interior do Estado do Rio de Janeiro e, assim, beneficiando inúmeras populações. No ano passado, não foi diferente. Através do gás na-





Sergio Aranda

Presidente do
Conselho de Administração

tural comprimido, a Companhia deu início ao fornecimento para quatro novas cidades: Teresópolis, Araruama, Vassouras e Valença, municípios que juntos têm população total de mais de 380 mil pessoas.

E foi justamente visando a cidadania e o bem estar das pessoas, que a CEG RIO realizou projetos que colaboraram na formação de um ambiente cultural mais rico, marcando presença nas comunidades onde desenvolve suas atividades. O maior exemplo foi o Festival Vale do Café.

Na sua oitava edição, o Festival está criando no chamado Vale do Café um pólo turístico-cultural e acelerando o desenvolvimento do interior do Estado do Rio. Praças, igrejas e fazendas históricas foram os cenários das atrações, que incluíram concertos, shows, cortejos de tradições populares e palestras, com temas ligados à cultura histórica da região. Bem ao estilo das ações do Grupo.

Em Pirai, a CEG RIO também promoveu evento de gastronomia e cultura que valorizou e ajudou

a divulgar a culinária local (macadâmia e tilápia) com mostras de arte e atrações de teatro, dança e música.

O Grupo Gas Natural Fenosa é um grupo integrado de gás e eletricidade e essa característica abre uma série de boas perspectivas de novos negócios, especialmente para a CEG RIO que tem ainda um vasto potencial de clientes a serem captados nos municípios em que está presente.

Desta forma, o que importa é seguirmos no caminho até aqui adotado, contando com o fundamental apoio e orientação do Grupo, e a colaboração do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a que reiteramos a nossa confiança em continuar investindo.

Para finalizar, espero continuar contando com a dedicação de toda a equipe da CEG RIO, a quem agradecemos todo o envolvimento e apoio dedicado.

Mensagem do Presidente e do Country Manager

A trajetória da CEG RIO em 2010 contem uma lista de realizações que revelam o amadurecimento desta Companhia e garantem seu lugar definitivo entre as maiores empresas de gás do País. Por isso, temos especial orgulho em apresentar este Relatório.

Criando valor à sociedade através de sua rede de distribuição, a CEG RIO estendeu em 2010 sua área de atuação ao levar seus serviços a quatro novos municípios, através do gás natural comprimido – GNC: Araruama, Vassouras, Teresópolis e Valença. Com isso, já são 24 os municípios atendidos pela Companhia em sua área de concessão.

Além disso, deu início também a construção da rede de abastecimento de Itatiaia para fornecer gás natural à indústria Michelin, a um posto de GNV e clientes residenciais e comerciais. Esta será a primeira rede de polietileno de alta pressão, 7 bar, construída pelo Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil.

Com o apoio de campanhas e mídia, foi dada continuidade em 2010 ao desenvolvimento do projeto de incentivo ao uso de GNV. Quatro novos pontos de fornecimento de GNV foram instalados, sendo um posto em Resende, um em Três Rios, o primeiro da cidade, uma base em Barra Mansa – que abastece um posto no município de Valença e outro em Vassouras – e uma outra base em Cabo Frio, que abastece um posto de GNV em Maricá e outro em Araruama. Com isso, a CEG RIO fechou o ano totalizando 97 postos de GNV na sua área de abrangência.

Na Região Serrana – que por muito tempo foi um desafio que se duvidava ser superado – a Companhia já tem 4.697 clientes atendidos. Na Região dos Lagos, que obteve o maior crescimento no segmento residencial em 2010, em apenas um ano mais de 1.100 novas residências passaram a ser atendidas com gás natural. Devido a isso, a Companhia encerrou o ano com 25.101 clientes nos diferentes mercados, sendo mais de 24 mil no segmento residencial.

No Rio de Janeiro atualmente a quase totalidade das indústrias já utiliza o gás natural. Muito dessa conquista em valores ambientais é resultado da ação das concessionárias do Estado. Focada neste objetivo, a CEG RIO usou o GNC para ampliar o acesso ao gás natural em novas áreas e municípios. Deu início em 2010 a dois importantes projetos: a remodelação da estação de descompressão de GNC de Nova Friburgo – aumentando a capacidade de abastecimento para 3.000 m³/h de gás natural – e a implantação de uma nova base de compressão de gás natural no município de Guapimirim. A Companhia concluiu o ano com total de 920 km de rede.

Em um período de pós-crise, com a retomada da atividade industrial, o índice de crescimento geral das vendas da CEG RIO foi muito positivo, com incremento de 61,9%, embora o destaque de 2010 tenha ficado com as vendas de gás para as térmicas, que registraram o expressivo aumento de 129%, em comparação com 2009.





Bruno Armbrust
Presidente da
Gas Natural Fenosa Brasil



Antoni Almela
Country Manager da
Gas Natural Fenosa

Mas o grande marco do ano, não só para a CEG RIO como para todo mercado de gás brasileiro, foi a regulamentação da Lei do Gás, que deverá criar um ambiente competitivo, preservando a qualidade dos serviços, a rentabilidade dos investimentos e a modicidade tarifária. A grande novidade da Lei é que a construção dos gasodutos será feita por meio de concessão, com validade de 10 anos.

Nesse sentido, vale lembrar o aditivo que a CEG RIO assinou com a Petrobras de prazo ao contrato de fornecimento de gás natural vigente para o mercado convencional, prorrogando-o até o final de 2014. Esse volume vai atender às necessidades de demanda projetadas para o período.

Para garantir necessidades futuras de abastecimento aos grandes clientes industriais, a CEG RIO participou ainda de dois leilões eletrônicos de gás natural de curto prazo promovidos pela Petrobras, adquirindo cerca de 0,13 Mm³/dia, com desconto médio de 54%.

No aspecto financeiro, o ano também foi positivo para a Companhia. O lucro bruto superou em 27,93% o de 2009, chegando a R\$ 177.631 mil, assim como o lucro líquido, de R\$ 81.468 mil, que teve aumento de R\$ 25.427 mil. As receitas operacionais chegaram a R\$ 1.213.851 mil, superando em 30,91% as do exercício anterior.

No âmbito social, tendo a educação como prioridade em seu programa de Responsabilidade

Corporativa, a CEG RIO promoveu em 2010 o Seminário *Jornada Educação Século XXI*. Dirigido a professores do ensino Infantil, Médio e Fundamental, o seminário propôs uma reflexão sobre a educação através de parceria com o governo, organização não governamental e sociedade. Paralelo a isso, foram promovidas atividades para profissionais da rede municipal de ensino da cidade.

No âmbito administrativo, a Companhia promoveu campanhas e cursos para público interno e externo visando conscientizar e atualizar os colaboradores sobre a importância da segurança no trabalho.

Com um mercado interno poderoso, a economia brasileira está hoje mais equilibrada e por isso é uma das economias do mundo com maiores perspectivas de crescimento. O Fórum Econômico Mundial de Davos mostrou que até 2030 o consumo de energia aumentará 40%. O Brasil tem um enorme potencial para atender a essa demanda e o gás natural tem papel primordial nesta oferta.

É, portanto, tempo de crescermos e expandir nossa ação, sob a orientação precisa e de sucesso do Grupo Gas Natural Fenosa, e com a eficiência da equipe da Companhia, com quem queremos dividir as conquistas de 2010.

Aos nossos parceiros, nossos clientes, e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, o nosso muito obrigado pela confiança e apoio.



Conselho de Administração

Sérgio Manuel Aranda Moreno

Bruno Armbrust

Antoni Almela Casanova

Narcis de Carreras Roques

Francesc Solbes Pons

Ewald Possolo Correa da Veiga

Alexandre Bahia Santiago



Comitê de Direção

Bruno Armbrust
Diretor-Presidente

Antoni Almela Casanova
Country Manager

Ignácio Pascual Lopes
Planejamento Ingressos e Regulação

Kátia Valverde Junqueira
Serviços Jurídicos

José Eudes Freitas
Econômico-Financeiro

Jordi Gutierrez
Serviços Compartilhados

José Maria Margalef
Área Técnica

Kátia Brito Repsold
Serviço a Clientes

Mario Nevares
Organização e Qualidade

Fernanda Amaral Mendes Alves
Comunicação

Fernando Cezar dos Santos Camilo
Recursos Humanos

Gilberto Guimaraes Rosa da Silva
Controle de Gestão

Marcelo Medeiros Maia Braga
Informática



**Um ano especial
para o mercado
de energia.**



Cenário Macroeconômico e Energético

Passados os efeitos da crise econômica mundial, grande parte dos países retomou a rota histórica de crescimento a partir de 2010 e o Brasil, especialmente, se fortaleceu de forma relevante, tornando-se uma das economias mundiais com maiores perspectivas de crescimento.

A produção da indústria brasileira cresceu 10,5%, atingindo sua maior expansão nos últimos 24 anos. Segundo o IBGE, desde 1986, quando a expansão foi de 10,94%, a indústria não apresentava um crescimento tão elevado em sua produção. Este resultado colocou o setor como principal motor da economia brasileira em 2010.

Entre as atividades industriais, o melhor desempenho foi da indústria extrativa mineral (13,5%), seguida pela construção civil (10,7%), indústria de transformação (10,5%) e eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (6,6%).

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 7,5% em 2010, a maior alta desde 1986, ano do Plano Cruzado. Com isso o Brasil passou a ter o sétimo maior PIB do mundo.

No que diz respeito às commodities, a produção de petróleo no Brasil foi recorde, considerando a média anual: 2,004 milhões de barris por dia. O volume é 1,7% maior do que o verificado em 2009 sinaliza uma produção sustentável acima dos 2 milhões de barris por dia. A produção brasileira de petróleo, em 2010, foi de, aproximadamente, 2,089 milhões de bbl por dia e a de gás natural de 66,2 milhões de metros cúbicos/dia.

Vale destacar que em 2010 começou a produção do pré-sal. Em novembro, o pré-sal produziu 63.679 bbl/d de petróleo e 2.301 mil metros cúbicos/dia de gás natural no campo de Jubarte e nos testes de longa duração na área de Tupi. Aproximadamente 91,2% da produção de petróleo e gás natural brasileira, em 2010, foram extraídos de campos explorados pela Petrobras. Em campos marítimos, foram produzidos 91,3% do petróleo e 75,3% do gás natural brasileiros.

O volume diário de gás natural consumido em 2010 pelas distribuidoras foi de, aproximadamente, 48 milhões de metros cúbicos/dia, 37% acima de 2009. Este aumento foi provocado pela maior atividade industrial – o uso de gás pela indústria cresceu 20,15% no ano passado. Mas o destaque ficou por conta das usinas termelétricas que, devido à situação hidrológica desfavorável, elevaram o consumo em 171%. A cogeração registrou alta de 19,6% e as residências demandaram mais 7,2% de gás natural, seguidas do segmento comercial, com alta de 6,26% no consumo.

As distribuidoras continuaram investindo em infraestrutura para disponibilizar o gás natural em áreas não abastecidas e o mercado brasileiro encerrou o ano com mais de 19 mil km de rede de distribuição e aproximadamente 1,9 milhão de clientes de gás natural.

Para atender ao aumento da demanda, a oferta de gás natural importado pelo Brasil aumentou significativamente, sendo que em setembro de 2010 o volume regaseificado de GNL bateu o recorde, chegando a 18,4 de milhões m³/dia.



Com a possibilidade de flexibilização dos contratos, o comércio de gás natural liquefeito (GNL) na Bacia do Atlântico se dinamizou significativamente. Países como o Brasil, que buscam uma oferta de gás flexível, encontraram no GNL uma solução interessante. Cabe destacar que o comércio de GNL na região das Américas passou a adotar como indexador o preço *Henry Hub*, ponto de fixação de preços para futuros contratos negociado na *New York Mercantile Exchange*.

No que tange ao mercado internacional, os preços do petróleo fecharam 2010 em seu mais alto nível em dois anos. Em meio ao otimismo sobre a evolução da demanda mundial, o barril do *West Texas Intermediate* ("light sweet crude") para entrega em fevereiro fechou 2010 a US\$ 91,38, tendo atingindo nos últimos minutos de operações os US\$ 92,06, valor que não registrava desde outubro de 2008.

O preço médio ponderado do gás natural no mercado *spot Henry Hub* – preço que não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor – fechou 2010 em US\$ 4,38/MMBtu, valor 11,5% superior a média de 2009 (US\$ 3,93/MMBtu).

A grande evolução em 2010 foi a efetivação da Lei do Gás. Após sete anos de discussões entre governo e agentes do mercado de gás, no dia 3 de dezembro de 2010 foi publicado o Decreto nº 7.382, que remete aos Estados a regulamentação da distribuição e da comercialização do gás natural.

Vale lembrar que os marcos regulatórios dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo já

estabelecem condições para a distribuição de gás canalizado para o consumidor livre, assim como suas tarifas referentes ao serviço de distribuição. Dessa forma, cabe aos Estados a regulamentação que estabeleça as condições e as tarifas para as novas operações previstas na Lei/Decreto.

Os principais pontos do Decreto são a instituição do Plano Decenal de Expansão da Malha de Gasodutos – PEMAT; a regulamentação do período de exclusividade; e a regulamentação do acesso de terceiros aos gasodutos de transporte e da troca operacional de gás (*swap*). A nova lei contribuirá, no médio e longo prazo, para o aumento da competitividade no mercado de gás.

No que diz respeito ao setor elétrico, apesar de não conseguir leiloar as 17 hidrelétricas que previa, o governo encerrou o ano de 2010 otimista com a contratação de 17 mil MW, viabilizados por meio de seis leilões.

Quanto às termelétricas, vale lembrar que no Rio de Janeiro, somente na área de concessão da CEG RIO, registrou-se recorde de vendas em 2010, com aumento de 128% em comparação ao ano anterior e o despacho médio chegando a 3,8 Mm³/dia.

Desta forma, as boas perspectivas de crescimento da demanda de energia nos próximos anos e o ambiente macroeconômico estável fazem com que o Brasil seja uma das grandes apostas do Grupo Gas Natural Fenosa em seu novo plano estratégico.

Gas Natural Fenosa no Mundo: um novo grupo, uma nova dimensão

Após concluir em 2010 sua fusão com a Union Fenosa, o Grupo Gas Natural passou a chamar-se Gas Natural Fenosa. Através da fusão, a empresa ampliou seu perfil de negócios, com a diversificação de suas atividades e geografia, o que traz grande estabilidade aos resultados obtidos.

Abrindo o acesso a novas tecnologias e mercados, os ativos foram multiplicados por 2,5 e os clientes de gás e eletricidade por 1,8.

Atualmente, o Grupo Gas Natural Fenosa está presente em 23 países, tem 15,6 GW de potência instalada e mais de 20 milhões de clientes em todo o mundo. É a terceira maior empresa do mundo em gás natural liquefeito (GNL) e uma das maiores operadoras mundiais de ciclos combinados, com mais de 9 GW de potência. É também a terceira distribuidora de gás e eletricidade, com 8,9 milhões de pontos de conexão.

Na Espanha, é líder no mercado liberalizado de gás e eletricidade, com cerca de 2,5 milhões de clientes e 154.000 GWh³. Na América Latina produz e distribui energia no Chile, Colômbia, Nicarágua e Costa Rica, entre outros.

Em 2010, o Grupo deu continuidade aos bons resultados. O faturamento cresceu 32%, atingindo 19.630 milhões euros, enquanto o EBITDA consolidado foi de 4.477 milhões de euros, 14,1% maior que o do período anterior. O resultado líquido foi de 1.201 milhões de euros, desempenho que traduz um aumento de 0,5% em comparação com 2009.

A Gas Natural Fenosa está agora centrada na elaboração de um novo Plano Estratégico 2010/2014. O novo Plano vai incluir investimentos em energias renováveis já que a empresa tem neste setor uma de suas prioridades, especialmente no que diz respeito a projetos de energia renovável que sejam rentáveis no futuro.

Gas Natural Fenosa no Brasil: mais um ano de crescimento

Em 2010, pela primeira vez, o Brasil fez parte do seleto grupo dos dez países que mais receberam investimentos diretos estrangeiros. O Grupo Gas Natural Fenosa, em 12 anos de gestão, sempre apostou no país através de suas empresas CEG, CEG RIO, Gas Natural São Paulo Sul e Gas Natural Serviços – que atua em sete estados brasileiros no segmento de negócios não regulados.

No Brasil, o Grupo já investiu mais de R\$ 4,1 bilhões em infraestrutura e projetos de eficiência e melhoria da qualidade de distribuição de gás.

Suas empresas formam a maior distribuidora de gás do país, com mais de 800 mil clientes. Já estão presentes em 56 municípios e contam com 6.285 km de redes de distribuição, respondendo por 7% dos resultados do Grupo no mundo.

Se considerada apenas a América Latina, este percentual brasileiro passa para 23%, em todas as linhas de negócio. Levando em conta apenas o mercado de distribuição de gás na América Latina, o Brasil responde por 49% dos negócios nessa área. Com isso, a Gas Natural Fenosa é líder em distribuição de gás na América Latina.

Em 2010, as empresas do Grupo no Brasil apresentaram Ebitda (lucro antes dos juros e depreciação) de R\$ 791.963 mil e lucro líquido de R\$ 315.877 mil.

Com o objetivo de identificar níveis de qualidade e segurança equivalentes aos praticados na Europa, as empresas do Grupo Gas Natural Fenosa passaram em 2010 por uma auditoria em seus procedimentos de Projeto, Construção e Manutenção das redes. Esta auditoria foi realizada pela Kiwa Gas Technology, renomada empresa holandesa no setor. De modo geral, a conclusão foi de que os procedimentos adotados estão em conformidade com aqueles praticados nas melhores companhias de distribuição de gás do mundo.

Todas as empresas do Grupo mantiveram as valorações dos índices de segurança muito positivas, medidas de acordo com as mais eficientes referências internacionais e dentro dos objetivos fixados no início do ano pelo Grupo.

Mais do que resultados satisfatórios, 2010 marcou o início de novas atividades da Gas Natural Fenosa no Brasil, ampliando as áreas de negócios e atendendo a um mercado cada vez mais amplo, com a *expertise* de um Grupo vencedor, reconhecido mundialmente.



**Térmicas
incrementam
as vendas.**



Evolução da Atividade

Consolidando sua presença no cenário de distribuição de gás, a CEG RIO fechou 2010 com indicadores extremamente favoráveis.

As receitas operacionais da Companhia foram de R\$ 1.213.851 mil, superando em 31,24% as receitas do exercício anterior. Essa variação positiva foi reflexo principalmente do aumento do consumo das térmicas. O lucro bruto da CEG RIO em 2010 superou em 10,66% o de 2009, chegando a R\$ 177.631 mil, o que representa uma margem bruta de 14,63%, resultado da recuperação da atividade industrial no ano pós-crise.

O número de clientes cresceu 9% em relação ao ano anterior, com incremento de 2.070 novos usuários, encerrando o período com um total de 25.101 clientes nos diferentes mercados, sendo que no segmento residencial a Companhia já atende mais de 24 mil clientes dos quais quase 40% localizados nas duas maiores cidades da região Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes e Macaé.

Na Região Serrana já são 4.697 clientes atendidos e na Região do Sul do Estado mais de 6.000. A região que obteve maior crescimento no segmento residencial em 2010 foi a Região dos

Lagos, onde em apenas um ano mais de 1.100 novas residências passaram a ser atendidas com gás natural, totalizando 4.453 clientes.

Vale destacar o incremento total das vendas da CEG RIO em 2010 que foi de 61,9%. Esse valor expressivo deveu-se principalmente ao acionamento das térmicas, o que impactou especificamente o volume de vendas para o mercado de geração. Em 2010 as termelétricas na área de concessão da CEG RIO registraram um aumento de 129% em comparação com 2009.

Buscando opções para expansão de sua rede, a CEG RIO, através do gás natural comprimido – GNC, levou o gás natural veicular em 2010 às cidades de Araruama e Vassouras, no Rio de Janeiro. O município de Três Rios foi outro que passou a ser abastecido com o GNV, que chega até lá através da sua infra-estrutura de rede.

Mas não só o GNV foi priorizado em 2010. Novos municípios foram incorporados à rede da Companhia. Na cidade de Paraíba do Sul, a CEG RIO deu início ao abastecimento de gás natural através do primeiro cliente, a indústria Targa, que produz produtos de borracha. O consumo anual estimado de 5.184.000 m³ e o modo de fornecimento é firme flexível.



A Companhia começou também a construção da rede de abastecimento de Itatiaia para fornecer gás natural à Indústria Michelin, posto GNV e demais clientes residenciais e comerciais locais. Esta será a primeira rede de polietileno PE100, de alta pressão, 7 bar, construída pelo Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil.

Em 2010, a CEG RIO fez ainda importantes obras de infra-estrutura. Concluiu o Reforço Resende de Alta Pressão, que aumentou a capacidade de distribuição e possibilitou o abastecimento à indústria Votorantim Metais, em Itatiaia, além de atender a postos de GNV, clientes residenciais e comerciais locais. Deu início à construção da estação de descompressão de GNC para abastecer o município de Teresópolis nos segmentos residencial, comercial, industrial e de GNV.

Com isso, a Companhia encerrou o exercício com um total de 920 km de rede e 25 municípios abastecidos em sua área de concessão, sendo que cinco deles – Araruama, Nova Friburgo, Teresópolis, Valença, Vassouras – atendidos através do GNC.

Os resultados positivos da gestão continuaram a ter em 2010 o reconhecimento devido, quer seja na área técnica, ou na de atendimento ao cliente. Na área de seu core business, as redes, o

BNDES aprovou linha de crédito para a CEG RIO no valor de R\$ 51 milhões.

No que se refere ao reconhecimento da sociedade, a Companhia recebeu em 2010 dois importantes prêmios de atendimento ao cliente: Prêmio Excelência em Contact Center – PECC, e o Prêmio ABT – Pioneiro na Valorização da Excelência no Relacionamento com o Cliente, na categoria Serviço Público do Estado.

Em um ano de muitas conquistas, algumas questões legais que estavam pendentes também tiveram desfecho positivo. Depois de anos sendo discutida, a Lei do Gás foi finalmente aprovada, abrindo novas oportunidades para investimentos do setor privado no país. A grande novidade da Lei é que a construção dos gasodutos será feita por meio de concessão – anteriormente era realizada através de acordo – com validade de 10 anos.

Como ficou demonstrado pelo retrospecto apresentado, mais do que resultados satisfatórios, 2010 marcou o início de novas atividades das Companhias da Gas Natural Fenosa no Brasil, ampliando suas áreas de negócios e atendendo a um mercado cada vez mais amplo, com a expertise de um Grupo vencedor, reconhecido mundialmente.

Atividade Comercial

Em 2010, o número de clientes da CEG RIO teve um crescimento de 9% em relação ao ano anterior, com incremento líquido de 2.070 clientes, encerrando o período com um total de 25.101 clientes nos diferentes mercados.

Número de Clientes	2010	2009	Varição
Residencial	24.694	22.647	9%
Comercial	226	209	8%
Industrial	81	79	3%
Geração Elétrica	3	3	0%
Postos de GNV	97	93	4%
Total	25.101	23.031	9%

Dando continuidade ao seu plano de expansão, a Companhia concluiu as obras de infraestrutura e chegou ao Município de Paraíba do Sul, iniciando o abastecimento no segmento industrial. Com isso, já são 25 os municípios atendidos pela CEG RIO em sua área de concessão.

No segmento residencial, a Companhia já atende mais de 24 mil clientes dos quais quase 40%, ou seja 9.912, estão localizados nas duas maiores cidades da região Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes e Macaé.

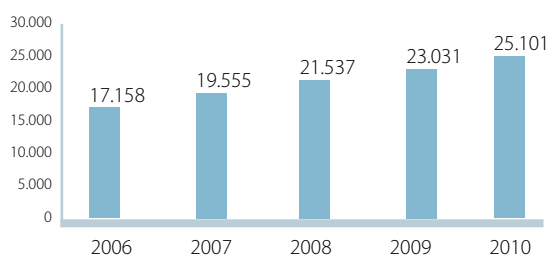
Na Região Serrana já são 4.697 os clientes atendidos e na Região do Sul do Estado a quantidade de clientes já ultrapassa 6.000. A região que obteve maior crescimento no segmento residencial foi a Região dos Lagos onde em apenas um ano mais de 1.100 novas residências passaram a ser atendidas com gás natural, totalizando 4.453 clientes.

Depois do segmento residencial, aquele que obteve maior incremento proporcional foi o comercial, com 8% de aumento em relação ao ano anterior. Assim, já são atendidos 204 pequenos comércios e 22 grandes comércios na área de concessão da CEG RIO.

No município de Três Rios foi instalado o primeiro posto de GNV (gás natural veicular). Neste segmento foram abertos quatro novos postos, sendo os outros três em Cabo Frio, Barra Mansa e Resende. No total, a Companhia já abastece 97 postos de GNV na sua área de concessão.

No segmento industrial, em 2010, foram atendidos 81 clientes, com 03 novos clientes abastecidos nos municípios de Três Rios, Petrópolis e Paraíba do Sul.

Evolução do número de clientes nos últimos cinco anos



Vendas Convencionais

O incremento total das vendas da CEG RIO em 2010 foi de 61,9%. Este resultado é reflexo do acionamento das Térmicas, o que impactou especificamente o volume de vendas para o mercado de geração.

No segmento Industrial houve um acréscimo de 10,93% das vendas, resultado da participação da CEG RIO nos leilões de gás natural realizados pela Petrobras e da estabilização econômica do país.

Visando a recuperação do nível de vendas e o fomento do número de conversões para o mercado de gás natural veicular (GNV) foi realizada, no segundo semestre de 2010, uma campanha publicitária, dividida em duas fases, para mostrar as vantagens econômicas do gás natural frente aos demais combustíveis. A primeira fase abordou o rendimento superior do produto e a segunda destacou aos usuários o benefício fiscal obtido com a redução do IPVA.

O resultado desta campanha foi a minimização do impacto da queda de 5% no volume total de vendas de GNV no mercado brasileiro, ou ainda, da redução de 8,5% das vendas no restante do Brasil, sem considerar o estado do Rio de Janeiro. No caso da CEG RIO, esta redução foi de somente 2,04%.

Vendas Geração Elétrica

Em 2010 as termelétricas do Rio de Janeiro na área de concessão da CEG RIO registraram um aumento de 129% em comparação com o ano anterior, por motivos de razão energética e para garantia de suprimento de energia.

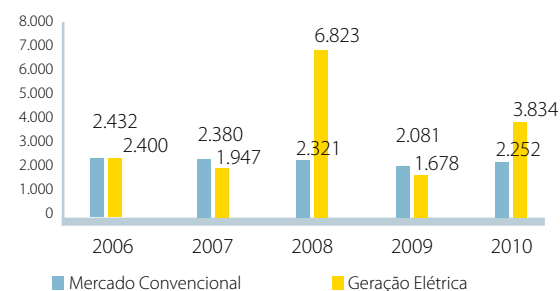
O despacho médio das térmicas em 2010 chegou a 3,9 Mm³/dia.

A CEG RIO assinou os aditivos aos Contratos de compra e venda de gás para a UTE Mario Lago, da Petrobras, que resultaram na prorrogação dos contratos por mais dois anos.

O tribunal arbitral julgou improcedente o pedido formulado pela UTE Norte Fluminense contra o direito da CEG RIO de reajustar as suas margens com base na decisão da Agência Reguladora na Segunda Revisão Tarifária. Tal vitória representa, aproximadamente, a preservação do valor de R\$ 40 milhões para a CEG RIO, referente à diferença de margem questionada no período de 2008 a 2024.

Vendas (mil m ³ /dia)	2010	2009	Var. (%)
Residencial	6,7	6,5	0,03
Comercial	3,9	4,2	-0,07
Industrial	1.824,9	1.644,7	0,11
Postos de GNV	416,6	425,3	-0,02
Total do mercado convencional	2.252,1	2.080,7	0,08
Geração Elétrica	3.834,0	1.677,9	1,29
Total	6.086,1	3.758,6	0,62

Vendas (Mm³/dia)



Atividade Técnica

Em 2010 foi concluída a obra do Reforço Resende de Alta Pressão (AP) operando com 35 bar, totalizando um assentamento de 12,3 km de tubo aço, o que aumentou a capacidade de distribuição em 360 mil metros cúbicos por dia, possibilitando assim o abastecimento da indústria Votorantim Metais – Unidade Resende (VMUR), no município de Itatiaia. Além disso, a obra permitiu atender a postos de GNV e clientes residenciais e comerciais locais.

Teve início a construção da rede de abastecimento do município de Itatiaia, que totalizará o assentamento de 8,5 km de tubo PE 100, com o objetivo de fornecer gás natural à Indústria Michelin, a postos de GNV e demais clientes residenciais e comerciais locais. Será a primeira rede de polietileno PE100 – Alta Pressão (AP), 7 bar, construída pelo Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil.

Foi construída também a estação de descompressão de gás natural comprimido – GNC para gaseificação do município de Teresópolis, com capacidade de abastecimento de 3.000 m³/h de gás natural, que atenderá aos segmentos residencial, comercial, industrial e de GNV.

Dois importantes projetos foram iniciados pela CEG RIO em 2010. A remodelação da estação de descompressão de GNC de Nova Friburgo – aumentando a capacidade de abastecimento para 3.000 m³/h de gás natural – e a implantação de uma nova base de compressão de gás natural no município de Guapimirim.

A CEG RIO encerrou o exercício de 2010 com um total de 920 km de rede.



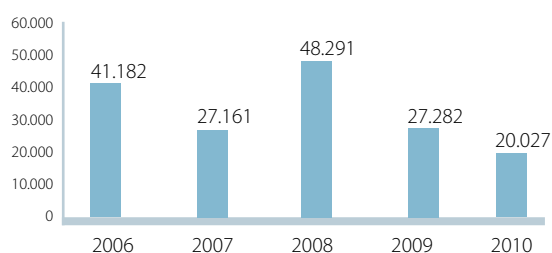
Recursos Investidos

Em 2010 foram investidos R\$ 20.027 mil, o que representa uma redução de 27% nos investimentos realizados pela Companhia em comparação com o exercício anterior.

Os volumes financeiros investidos em 2010 tiveram como objetivo principal a saturação de redes já existentes, observando-se que o programa de expansão comercial continuou consumindo um volume importante de recursos.

A redução do nível de investimentos é reflexo do menor custo com manutenção, devido à queda nos investimentos em projetos de sistemas de backup's e em razão da reclassificação dos desembolsos com diferido, os quais, a partir de 2009, passaram a ser classificados como gastos, em cumprimento à lei 11.638/2008.

Investimentos realizados (R\$ mil) nos últimos 5 anos



Sumário Financeiro

Na análise deste sumário financeiro é importante observar que os valores relativos ao exercício de 2009 sofreram ajustes, em comparação com os dados divulgados no ano anterior, em razão da adoção das novas práticas contábeis vigentes no Brasil a partir do exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2010, as quais incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e o padrão internacional de apresentação das demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*).

Receita Líquida

As receitas operacionais da Companhia foram de R\$ 1.213.851 mil, superando em 30,91% as receitas do exercício anterior, que somavam R\$ 927.208. Essa variação positiva é reflexo principalmente do aumento do consumo das térmicas ao longo do ano. Esse aumento se deu devido às altas temperaturas observadas, além da recuperação da atividade industrial observada em 2010, ano pós-crise econômica.

Lucro Bruto

O lucro bruto da CEG RIO em 2010 foi de R\$ 177.631 mil, superando em 27,93% os resultados obtidos em 2009, ou seja, R\$ 38.776 mil superior ao apresentado no ano anterior, o que representa uma margem bruta de 14,63%.

Resultado Financeiro

O ano de 2010 ainda esteve impactado pela crise financeira iniciada no último trimestre de 2008, e embora se verifique uma recuperação decorrente da retomada da atividade industrial, ainda não atingiu os mesmos resultados de 2008.

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que em 2009 foi caracterizada pela redução da taxa básica de juros (Selic), sofreu reversão ao final de 2010 com tendência de elevação visando conter a alta da inflação.

Apesar do impacto referente à subida da Selic, a Companhia apresentou no ano de 2010 um menor custo financeiro, frente ao ano de 2009. Este fato, somado a redução do endividamento, gerou menor gasto financeiro com dívida, frente ao ano anterior.

Com base na redução do custo da dívida, o resultado financeiro apresentou em 2010 o valor negativo de R\$ 5.593 mil, frente o valor negativo de R\$ 6.840 mil em 2009.

O endividamento financeiro da empresa que era de 40,3% em 2009 caiu para 25,8% em 2010.

Lucro Operacional

O Lucro Operacional em 2010 foi de R\$ 123.934 mil, total R\$ 36.360 mil superior ao do ano anterior, ou seja, 41,52 pontos percentuais acima do lucro Operacional obtido no exercício anterior.



Lucro Líquido

O Lucro líquido foi de R\$ 81.468 mil, apresentando um aumento de R\$ 25.427 mil frente ao ano de 2009, o que representa um aumento percentual de 45,37%.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2010	2009	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	1.213.851	927.208	30,91
Lucro bruto	177.631	138.855	27,93
Lajida (Ebitda)	143.108	106.805	33,99
Lucro operacional	123.934	87.574	41,52
Lucro líquido do exercício	81.468	56.041	45,37

LAJIDA (Ebitda)

O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 143.108 mil registrado no período representou um acréscimo de 11,40% em comparação com o ano anterior. O crescimento médio anual do Lajida foi superior a 16% nos últimos seis anos.

	2010	2009	Varição (%)
Lajida (R\$ mil)	143.108	106.805	33,99
Lucro antes do resultado financeiro	123.934	87.574	41,52
Depreciação e amortização	15.881	14.195	11,88
Perdas e Recuperação de Créditos	3.293	5.036	-34,61

Remuneração aos Acionistas

Buscando dar continuidade ao programa de investimentos da Companhia e não sobrecarregar a sua estrutura de capital, a Diretoria propôs uma distribuição de resultados de R\$ 51.694 mil, sendo R\$ 10.508 mil a título de juros sobre o capital próprio, já aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas (realizada no dia 10/12/10) e de R\$ 41.186 mil sob a forma de dividendos.

Somados, os valores acima representam 81,29% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável. Os demais 18,71% serão usados como reservas para os futuros investimentos a serem realizados pela CEG RIO.

Esta proposta será apreciada na próxima Assembléia Geral de Acionistas que deverá ser realizada no mês de abril de 2011.



Financiamentos

Em 2010 a CEG RIO manteve sua estrutura de financiamentos para realização dos seus investimentos. Suas ações foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Foi apresentado projeto de financiamento ao BNDES referente aos investimentos para os anos de 2010, 2011 e 2012. Esse financiamento é destinado à expansão e saturação comercial em municípios fora da região metropolitana do Rio de Janeiro, perfazendo um total de R\$ 80 milhões.

O empréstimo foi aprovado nas seguintes condições: montante de R\$ 51 milhões (correspondente a 64,0% dos investimentos apresentados); prazo total de 90 meses; e custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

De acordo com o planejado, os desembolsos desse contrato serão realizados até 2013, sendo o primeiro programado para o 1º trimestre de 2011, contribuindo para o equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia, ao longo desse período.

A política de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais tem colaborado para que a CEG RIO mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Para 2011, a Companhia vai se manter na busca das melhores condições de financiamento.

Acionistas

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social da CEG RIO estava representado por 1.995.022.644 ações (665.007.548 ordinárias e 1.330.015.096 preferenciais) todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionista	Capital Social (%)	Quantidade de Ações (%)	
		Capital Votante (Ordinárias)	Preferenciais
Gas Natural (grupo)	59,60	70,46	54,20
Gas Natural Internacional SDG	37,33	51,00	30,50
Gas Natural SDG	22,27	19,46	23,70
Pluspetrol Energy SA	3,00	3,35	2,80
Gaspetro	37,41	26,19	43,00



Panorama Tributário

Cumprindo a obrigação legal imposta pela Lei 5.098, de 15 de outubro de 2009, a Companhia passou a emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e – NOTA CARIOCA, em 01 de agosto de 2010, mantendo-se em conformidade com a Legislação Fiscal Brasileira e minimizando os riscos tributários do Grupo.

Para atendimento e cumprimento da Instrução Normativa RFB nº 1.052/2010, dos Atos Declaratório Executivo 37 que instituem e definem o layout do SPED EFD – PIS/COFINS – Sistema Público de Escrituração Digital Contribuição para o PIS/COFINS e do Ato Cotepe nº 38/2009 que instituiu Escrituração Fiscal Digital os registros pertinentes ao Livro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP), a Companhia iniciou o mapeamento para esses projetos que no caso do SPED EFD PIS/COFINS deverá ser implantado em abril/2011 e no caso do SPED EFD CIAP deverá ser implantado em janeiro/2011.

Ao longo do ano, a Companhia buscou aumentar a eficiência operacional e de gestão fiscal, fornecendo orientações para a correta aplicação da legislação e visando desenvolver novas oportunidades de planejamento tributário, principalmente no segmento de combustível.

O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos com base na gestão fiscal adotada.

	2010	2009
COFINS	12.615	11.273
PIS	2.739	2.456
IRPJ	27.299	10.586
CSLL	14.609	11.465
IOF	482	182
CPMF	-	-
AGENERSA	5.869	5.186
ICMS	25.167	23.522
IPVA	14	17
IPTU	9	7
ISS	15	66
TOTAL	88.452	52.115



**Uma empresa que
pensa e investe
no futuro.**



A CEG RIO apostou na educação como forma de dar uma contribuição positiva para as regiões em que está presente. Os projetos que a empresa desenvolveu buscaram fomentar o pensamento construtivo, crítico e criativo em professores da rede pública municipal e estadual e dotar as escolas públicas e privadas de ferramentas lúdicas capazes de sensibilizar os alunos sobre a preservação do meio ambiente e cuidados sobre o uso seguro e eficiente da energia.

Em 2010, a CEG RIO desenvolveu diversas ações de apoio à cultura e tradições populares nas áreas onde está presente. O Seminário Jornada Educação Século XXI foi um dos destaques. Dirigido a professores do ensino Infantil, Médio e Fundamental, o seminário foi realizado em parceria com o governo, organização não governamental e sociedade e promoveu diversas atividades para profissionais da rede municipal de ensino em Niterói e Resende.

Em Resende, 1.100 professores na rede municipal de ensino foram beneficiados. O evento reuniu importantes nomes da literatura e da música e contou com ciclo de palestras, conferência, além de exibição de filme, show, espetáculos com contadores de histórias, oficinas de criação musical, artes e produção de brinquedos lúdicos.

O objetivo é fomentar o pensamento construtivo, crítico e criativo em educadores e estudantes.

A Companhia também apoiou o Festival Vale do Café. Esse projeto está em sua oitava edição e criou um verdadeiro pólo turístico-cultural, levando desenvolvimento social ao interior do Estado do Rio. As atrações incluíram concertos, shows, cortejos de tradições populares e palestras, realizados em praças, igrejas e fazendas históricas de Vassouras, Paty do Alferes - Engenheiro Paulo de Frontim, Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença – com temas ligados à cultura histórica da região.

Em Piraí, a CEG RIO promoveu um evento de gastronomia e cultura Piraí Fest para divulgar a culinária local com mostras de arte e atrações de teatro, dança e música.





Demonstrações financeiras

de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2010

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas CEG RIO S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da CEG RIO S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



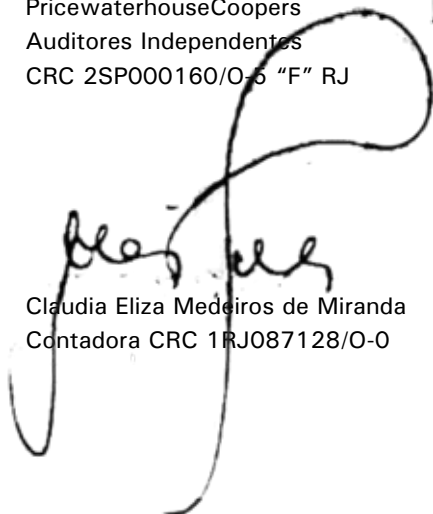
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEG RIO S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 23 de março 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ



Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	42.893	50.709	32.327
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6)	23	331	
Contas a receber de clientes (Nota 7)	97.787	61.950	181.149
Tributos a recuperar (Nota 8)	8.132	6.501	14.647
Contas a receber de parte relacionada (Nota 10)	3	3	3
Adiantamentos a fornecedores	509	403	414
Créditos restituíveis (Nota 22)		18.522	
Estoques	423	404	1.003
Despesas antecipadas	199	94	116
Demais contas a receber	15		226
	149.984	138.917	229.885
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar (Nota 8)	2.016	1.946	3.001
Créditos restituíveis (Nota 22)	28.738	45.440	588
Depósitos judiciais	422	773	542
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	16.590	13.548	3.555
Outros realizáveis a longo prazo	275	372	468
	48.041	62.079	8.154
Intangível (Nota 11)	258.554	250.856	232.919
Diferido (Nota 12)	29.412	34.852	40.292
	287.966	285.708	273.211
	336.007	347.787	281.365
Total do ativo	485.991	486.704	511.250

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante			
Fornecedores (Nota 13)	105.543	93.505	202.069
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	22.155	42.984	9.451
Obrigações trabalhistas	59	57	947
Tributos a recolher (Nota 15)	25.079	23.317	9.869
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 10)	1.033	1.151	780
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 16(b))	15.906	16.727	16.871
Demais contas e despesas a pagar	1.387	1.550	3.019
	171.162	179.291	243.006
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	56.724	74.991	103.311
Provisão para contingências (Nota 17)	3.065	2.792	2.502
Débitos restituíveis (Nota 22)	28.738	45.440	588
Recebimentos antecipados (Nota 19)		32	128
	88.527	123.255	106.529
Patrimônio líquido (Nota 16)			
Capital social	87.520	72.377	53.730
Reserva de capital	90	90	90
Reservas de lucros	138.692	111.691	107.895
	226.302	184.158	161.715
Total do passivo e patrimônio líquido	485.991	486.704	511.250

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009
Receita líquida		
Venda de gás	1.197.557	901.456
Contratos de construção	15.676	24.818
Outras receitas	618	934
	<u>1.213.851</u>	<u>927.208</u>
Despesas operacionais		
Compra de gás e de serviços	(1.020.544)	(763.535)
Custo dos contratos de construção	(15.676)	(24.818)
Pessoal	(3.472)	(3.291)
Utilidades, materiais e serviços	(2.807)	(4.495)
Serviços administrativos e outros gastos gerais (Nota 26)	(28.443)	(26.638)
Depreciação e amortização	(15.881)	(14.195)
Outras, líquidas (Nota 24)	(3.094)	(2.662)
	<u>(1.089.917)</u>	<u>(839.634)</u>
Lucro operacional	<u>123.934</u>	<u>87.574</u>
Resultado financeiro (Nota 25)		
Receitas financeiras	2.845	3.137
Despesas financeiras	(8.438)	(9.977)
	<u>(5.593)</u>	<u>(6.840)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>118.341</u>	<u>80.734</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15)		
Do exercício	(39.346)	(33.861)
Diferidos	2.473	9.168
	<u>81.468</u>	<u>56.041</u>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	<u>81.468</u>	<u>56.041</u>
Lucro básico por lote de mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	<u>40,84</u>	<u>28,09</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Expansão	Legal	Dividendo adicional proposto	
Em 1º de janeiro de 2009	53.730	90	80.497	10.527	16.871	161.715
Aumento de capital	18.647		(18.647)			
Lucro líquido do exercício						56.041
Destinação do lucro						56.041
Reserva legal			3.522			(3.522)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 4,45 por lote de mil ações)						(8.871)
Dividendos propostos (R\$ 3,94 por lote de mil ações)						(7.856)
Dividendo adicional proposto (R\$ 11,74 por lote de mil ações)					23.418	(23.418)
Distribuição de dividendo adicional proposto de 2008					(16.871)	(16.871)
Reserva para expansão			12.374			(12.374)
Em 31 de dezembro de 2009	72.377	90	74.224	14.049	23.418	184.158
Aumento de capital	15.143		(15.143)			
Lucro líquido do exercício						81.468
Destinação do lucro						81.468
Reserva legal			3.455			(3.455)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 5,27 por lote de mil ações)						(10.508)
Dividendos propostos (R\$ 2,71 por lote de mil ações)						(5.398)
Dividendo adicional proposto (R\$ 17,94 por lote de mil ações)					35.788	(35.788)
Distribuição dividendo adicional proposto de 2009					(23.418)	(23.418)
Reserva para expansão			26.319			(26.319)
			85.400	17.504	35.788	
Em 31 de dezembro de 2010	87.520	90	138.692			226.302

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	118.341	80.734
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	15.881	14.195
Resultado na baixa do intangível	(24)	(91)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	8.485	11.299
	142.683	106.137
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(35.837)	119.199
Estoques	(19)	599
Tributos a recuperar e diferidos	34.955	21.259
Outros ativos	223	28
Fornecedores	30.560	(127.086)
Obrigações trabalhistas	2	(890)
Tributos a pagar	(35.111)	(11.245)
Partes relacionadas	(118)	371
Outros passivos	(196)	(1.469)
	(5.541)	766
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	137.142	106.903
Imposto de renda e da contribuição social pagos	(39.698)	(22.051)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pago	(1.330)	(1.009)
Juros pagos sobre empréstimos	(28.290)	(4.900)
	(69.318)	(27.960)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	67.824	78.943
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	308	(331)
Aquisições do ativo intangível	(18.264)	(26.699)
Venda de ativo intangível	148	98
	(17.807)	(26.932)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(59.136)	(12.870)
Ingressos de empréstimos	40.118	11.974
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(38.815)	(32.733)
	(57.833)	(33.629)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(7.816)	18.382
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	50.709	32.327
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42.893	50.709
Transações que não afetam caixa		
Take or pay com fornecedor (Nota 16.1)	(18.522)	18.522
Créditos/Débitos restituíveis (Nota 22)	(10.442)	39.180

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A CEG RIO S.A. tem como objetivo, no âmbito de sua concessão (Nota 18.2), operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes.

A concessão obtida junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, tem o prazo de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG RIO inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o contrato de concessão, a CEG RIO deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro.
- A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 15 de março de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas por alguns ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com os CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e os CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido, estão descritas na Nota 28. Ressalta-se que, em relação às normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às operações da Companhia são diferentes somente no que tange à manutenção do saldo do ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado nos prazos descritos na Nota 12.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor (Nota 5).

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros



mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no final de cada exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos

após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa dessas contas a receber. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*), considerando os critérios descritos na Nota 2.3. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores



devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.6 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.7 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente.

2.8 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida-útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás poderão ser revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, uma vez que não há qualquer intenção entre as partes de não renovar a concessão, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem a vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (softwares)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de “software” são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a software identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de “software” e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho do “software” para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do “software”. Os gastos com o desenvolvimento de “software” reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 11).



2.9 Diferido

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 12).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza estão sendo lançados no resultado do exercício.

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2010 em decorrência dessa avaliação.

2.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

2.14 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

2.15 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber da venda de gás e serviços.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Venda de Gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo



cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Resultado abrangente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não auferiu resultado abrangente.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás são efetuadas estimativas para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 53.975 (2009 - R\$ 21.293)

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, quotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher esses métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

(e) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(f) Provisão para contingência

A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias.



4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2010, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos.

A Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

A Companhia não possui operações de investimentos financeiros derivativos e nem operações atreladas a variação cambial em aberto em 31 de dezembro de 2009 e de 2010.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2010, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$ 135 (2009 - R\$ 203), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

(iii) Derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:



	2010	2009
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	78.879	117.975
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(42.893)	(50.709)
Dívida líquida	35.986	67.266
Total do patrimônio líquido	226.302	184.158
Total do capital	262.288	251.424
Índice de alavancagem financeira - %	14	27

A redução no índice de alavancagem financeira em 2010 foi decorrente, principalmente, da geração de caixa da Companhia, o que permitiu liquidação de empréstimos e financiamentos com vencimento no ano de 2010. Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

5 Caixa e equivalente de caixa

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa e bancos	14.618	15.278	32.327
Aplicação de liquidez imediata - CDB	28.275	35.431	
	42.893	50.709	32.327

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDB têm liquidez imediata e estão valorizadas ao seu respectivo valor de mercado em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

A companhia concentra suas operações financeiras em instituições de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeira é o valor contábil do caixa e equivalente de caixa.

6 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Títulos negociados no mercado - Mantidos para negociação CDB - Certificado de Depósito Bancário	23	331	-

Referem-se às aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, remunerados à taxa média de 100,38% do CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro, com vencimento em até 21 de novembro de 2011, mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão apresentados em "Atividades operacionais" como parte das variações do capital circulante na demonstração do fluxo de caixa.

As variações dos valores justos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão registradas como "Receita (Despesa), financeira" no resultado (Nota 25).

7 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Consumidores de Gás e Serviços	141.581	102.699	217.346
Vendas de equipamentos	1.390	1.387	1.206
Provisão para impairment de contas a receber de clientes	(45.184)	(42.136)	(37.403)
Contas a receber de clientes, líquidas	97.787	61.950	181.149



O aumento do contas a receber em relação a 2009 deve-se ao incremento de cerca de 168% do consumo de gás pela indústria termelétrica.

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa seu valor justo.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
A vencer	66.065	51.715	141.429
Vencidas			
Até três meses	29.332	8.006	38.830
De três a seis meses	2.390	2.229	890
Acima de seis meses	45.184	42.136	37.403
	142.971	104.086	218.552

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber de três clientes do segmento industrial, clientes esses de longa data da Companhia, que acumularam uma dívida histórica de R\$ 15.306, R\$ 7.407 e R\$ 18.448, respectivamente (R\$ 17.012, R\$ 7.388 e R\$ 15.356 em 31 de dezembro de 2009). Em relação aos dois primeiros montantes, após sucessivos acordos não cumpridos, foi assinado um compromisso final de quitação parcelada de todos os valores vencidos através de acordos finais concluídos em dezembro de 2005 e janeiro de 2006, respectivamente. O fornecimento de gás ficou condicionado ao estrito cumprimento das cláusulas dos citados acordos, que previam o pagamento antecipado. Os acordos finais também não foram cumpridos, resultando no corte do fornecimento de gás através de decisões judiciais e consequentes execuções desses acordos que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A terceira indústria relacionada discute judicialmente o valor da tarifa praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás - PCS, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à CEG RIO. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira desta em pagar a dívida em caso de decisão final provável a CEG Rio. Por isso a administração optou por manter o valor provisionado.

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	42.136	37.403
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	11.768	9.141
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(8.720)	(4.408)
Em 31 de dezembro	45.184	42.136

A totalidade dos créditos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para devedores duvidosos. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A Companhia possui uma carteira de 25.101 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração e, exceto pelos créditos em atraso dos 3 clientes industriais mencionados anteriormente, não há concentração significativa nos seus demais clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

8 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Contribuição social (a)	4.375	2.813	12.201
ICMS a recuperar (b)	5.251	5.426	5.429
Demais tributos (c)	522	208	18
	10.148	8.447	17.648
Circulante	(8.132)	(6.501)	(14.647)
Não circulante - Realizável a longo prazo	2.016	1.946	3.001

(a) Refere-se a antecipações mensais da contribuição social.

(b) Refere-se a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo imobilizado, sendo R\$ 3.235 (R\$ 3.480 em 31 de dezembro de 2009) com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 2.016 (R\$ 1.946 em 31 de dezembro de 2009) com expectativa de realização a longo prazo.

(c) Refere-se, substancialmente, a impostos retidos na fonte a recuperar.



9 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	15.196	12.723	3.555
PIS e COFINS diferidos	1.394	825	
Não circulante	16.590	13.548	3.555

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os seguintes eventos:			
Provisão para devedores duvidosos	5.029	4.002	2.467
Provisão para contingências	1.234	961	862
Fornecedor governo	1.086	413	192
Mudança de prática - novos CPC's	6.645	7.313	
Outras adições e exclusões	1.202	34	34
Não circulante	15.196	12.723	3.555

(b) Movimentação

	IR e CS diferidos sobre:					Total
	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Fornecedor governo	Mudança de práticas	Outras adições exclusões	
Em 1º de janeiro de 2009	2.467	862	192		34	3.555
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.535	99	221	7.313		9.168
Em 31 de dezembro de 2009	4.002	961	413	7.313	34	12.723
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.027	273	673	(668)	1.168	2.473
Em 31 de dezembro de 2010	5.029	1.234	1.086	6.645	1.202	15.196

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
2009			427
2010		649	711
2011	5.139	5.151	711
2012	5.804	5.152	711
2013	1.661	1.082	711
2014	1.661	1.082	142
2015	1.661	216	142
2016	332	216	
2017	332		
	<u>16.590</u>	<u>13.548</u>	<u>3.555</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10 Contas de partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Despesas
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG		1.030	9.499
Gás Natural do Brasil S.A.			111
Gas Natural SDG S.A.	3	3	70
Em 31 de dezembro de 2010	<u>3</u>	<u>1.033</u>	<u>9.680</u>
Em 31 de dezembro de 2009	<u>3</u>	<u>1.151</u>	<u>9.972</u>

Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia. Essas operações foram realizadas a preços e condições normais de mercado para operações semelhantes.



Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Salários e encargos	433	409
Honorários dos administradores	2.917	2.801
Participação nos lucros	65	
	<u>3.415</u>	<u>3.210</u>

11 Intangível

	Servidões de passagem	Software	Contrato de concessão	Total
Em 1º de janeiro de 2009	204	256	232.459	232.919
Aquisição		746	25.953	26.699
Baixas líquidas			(7)	(7)
Amortização	(19)	(130)	(8.606)	(8.755)
Em 31 de dezembro de 2009	<u>185</u>	<u>872</u>	<u>249.799</u>	<u>250.856</u>
Custo total	281	1.165	294.037	295.483
Amortização acumulada	(96)	(293)	(44.238)	(44.627)
Valor residual	<u>185</u>	<u>872</u>	<u>249.799</u>	<u>250.856</u>
Em 1º de janeiro de 2010	185	872	249.799	250.856
Aquisição		180	18.083	18.263
Baixas líquidas			(124)	(124)
Amortização	(19)	(225)	(10.197)	(10.441)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>166</u>	<u>827</u>	<u>257.561</u>	<u>258.554</u>
Custo total	281	1.345	311.996	313.622
Amortização acumulada	(115)	(518)	(54.435)	(55.068)
Valor residual	<u>166</u>	<u>827</u>	<u>257.561</u>	<u>258.554</u>
Taxas anuais de amortização - %	6,7	20	Diversas	

Como resultado da adoção e da interpretação do ICPC01, a Companhia reclassificou, em 1º de janeiro de 2009, a totalidade do ativo imobilizado, cujo total monta R\$ 232.459, para Intangível, pois todos os bens são vinculados à concessão e estão sujeitos à reversão no final do prazo do Contrato de Concessão, conforme divulgado na Nota 2, sendo que esses montantes em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010 são compostos pelos seguintes ativos:



	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática Hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2009	797	2.256	435	121	321	189.765	160	193.855	38.604	232.459
Aquisição		93	52	7	67	1.613	148	1.980	23.973	25.953
Baixa líquida de depreciação					(7)			(7)		(7)
Transferência líquida						38.609		38.609	(38.609)	
Depreciação		(497)	(117)	(20)	(94)	(7.820)	(58)	(8.606)		(8.606)
Em 31 de dezembro de 2009	797	1.852	370	108	287	222.167	250	225.831	23.968	249.799
Custo total	797	5.243	644	202	730	261.839	614	270.069	23.968	294.037
Depreciação acumulada		(3.391)	(274)	(94)	(443)	(39.672)	(364)	(44.238)		(44.238)
Valor residual	797	1.852	370	108	287	222.167	250	225.831	23.968	249.799
Em 1º de janeiro de 2010	797	1.852	370	108	287	222.167	250	225.831	23.968	249.799
Aquisição	1.662	268	27	29	205	1.133	272	3.596	14.487	18.083
Baixa líquida de depreciação		(30)			(94)			(124)		(124)
Transferência líquida		8.457				12.028		20.485	(20.485)	
Depreciação		(1.408)	(122)	(21)	(93)	(8.450)	(103)	(10.197)		(10.197)
Em 31 de dezembro de 2010	2.459	9.139	275	116	399	226.784	419	239.591	17.970	257.561
Custo total	2.459	13.938	671	231	935	274.906	886	294.026	17.970	311.996
Depreciação acumulada		(4.799)	(396)	(115)	(536)	(48.122)	(467)	(54.435)		(54.435)
Valor residual	2.459	9.139	275	116	399	226.784	419	239.591	17.970	257.561
Taxas anuais de depreciação - %		10	5	10	5	3,3 e 5,0	Diversas			

A rubrica "Obras em andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$ 597 (R\$ 1.709 em 31 de dezembro de 2009) à taxa média de 10,58% (10,82% em 31 de dezembro de 2009).

Existem, na Companhia, bens do intangível que embora totalmente amortizados, ainda encontram-se em uso, estes perfazem o total de R\$ 881 (R\$ 554 em 31 de dezembro de 2009).

12 Diferido

	Captação e transformação	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2009	40.248	44	40.292
Amortização	(5.429)	(11)	(5.440)
Em 31 de dezembro de 2009	34.819	33	34.852
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(19.471)	(78)	(19.549)
Valor residual	34.819	33	34.852
Em 1º de janeiro de 2010	34.819	33	34.852
Amortização	(5.429)	(11)	(5.440)
Em 31 de dezembro de 2010	29.390	22	29.412
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(24.900)	(89)	(24.989)
Valor residual	29.390	22	29.412
Taxas anuais de amortização - %	10	10	

Os gastos com o projeto de captação de clientes referem-se à adequação e construção das instalações de gás a partir do medidor, de propriedade do cliente, a fim de deixá-las aptas ao uso de gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalação Predial (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

13 Fornecedores

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
De Gás	95.477	86.317	181.479
De Materiais	5.317	3.062	5.911
De Serviços	4.749	4.126	14.679
	<u>105.543</u>	<u>93.505</u>	<u>202.069</u>

14 Empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Financiamentos	44.271	55.333	56.219
Linhas de crédito	34.608	62.642	56.543
	<u>78.879</u>	<u>117.975</u>	<u>112.762</u>
Circulante	(22.155)	(42.984)	(9.451)
Não circulante - Exigível a longo prazo	<u>56.724</u>	<u>74.991</u>	<u>103.311</u>

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios. A Companhia terminou o ano com um custo médio de 100,1% do CDI (101,7% em 2009).

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	%		31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Fn (*)	Lc (*)	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Em moeda nacional								
Banco Bradesco S.A.		100	10.608	24.000	30.642	32.000		56.543
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	100		11.547	32.724	12.342	42.991	9.451	46.768
			<u>22.155</u>	<u>56.724</u>	<u>42.984</u>	<u>74.991</u>	<u>9.451</u>	<u>103.311</u>

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de crédito



As linhas de créditos em moeda nacional têm encargos de 108% da variação do CDI. A Companhia emitiu notas promissórias como garantia dos empréstimos recebidos.

As operações de financiamentos referem-se a:

(i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação da rede de gás, mais especificamente a gaseificação do município de Petrópolis. Esse financiamento possui vencimento final em 2011 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 1% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 4% ao ano.

(ii) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação da rede de gás, mais especificamente a gaseificação dos municípios de Paraíba do Sul e Três Rios, além do avanço em zona já consolidada, Norte Fluminense e Sul Fluminense. Esse financiamento possui vencimento final em 2014 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 0,6% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

(iii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.

Os vencimentos dos empréstimos a longo prazo são os seguintes:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
2010			35.619
2011		19.158	17.670
2012	17.415	17.187	15.702
2013	17.415	17.188	15.702
2014	17.069	16.841	15.357
2015	4.825	4.617	3.261
	<u>56.724</u>	<u>74.991</u>	<u>103.311</u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 1.500 com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.

15 Tributos a recolher

(a) Composição do saldo

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imposto de renda a pagar	20.534	18.976	4.685
ICMS a pagar	1.949	2.304	2.418
Taxa Agência Reguladora	553	377	982
Outros	2.043	1.660	1.784
	<u>25.079</u>	<u>23.317</u>	<u>9.869</u>

(b) As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 estão reconciliadas, às alíquotas nominais, como segue:

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	118.341	118.341	80.734	80.734
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(29.585)	(10.651)	(20.184)	(7.266)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	2.627	946	2.218	798
Incentivos fiscais	370		50	
Outros	(420)	(160)	(218)	(91)
Despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração de resultado	(27.008)	(9.865)	(18.134)	(6.559)
Alíquota efetiva	23%	8%	22%	8%

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias puderam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei n^{os} 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT tem vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2010 e 2009, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social está representado por 1.995.023 mil ações, sendo 665.008 mil ordinárias e 1.330.015 mil preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:



	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Residentes no exterior:		
Gas Natural, SDG S.A.	129.422	314.851
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	22.257	37.594
Gas Natural Internacional, SDG S.A.	339.154	405.494
Residentes no país:		
Gaspetro - Petrobras Gás S.A.	174.175	572.076
	<u>665.008</u>	<u>1.330.015</u>

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembléias Gerais Extraordinária - AGE e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 26 de abril de 2010 e 28 de abril de 2009, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$ 15.143 e R\$ 18.647, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

(b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2010	2009
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos (*)	81.468	70.431
Constituição da reserva legal	(3.455)	(3.522)
Compensação de prejuízo - ajustes acumulados das mudanças de prática (*)	(14.390)	
Base de cálculo dos dividendos	<u>63.623</u>	<u>66.909</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>15.906</u>	<u>16.727</u>
Distribuição proposta:		
Juros sobre o capital próprio	10.508	8.871
Dividendos	41.186	31.274
	<u>51.694</u>	<u>40.145</u>
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	<u>81,25</u>	<u>60,00</u>

(*) O lucro líquido de 2009 utilizado como base de cálculo dos dividendos equivale ao montante auferido antes dos ajustes de mudança de prática, pois, naquele exercício, a Companhia não tinha conhecimento dos seus efeitos. Dessa forma, em 2010, foi procedido o reconhecimento, para fins de cálculo dos dividendos, dos efeitos acumulados das referidas mudanças de práticas incluindo ajuste de exercícios anteriores.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2010 (28 de dezembro de 2009), a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. O imposto de renda de fonte assumido pela Companhia, no montante de R\$ 1.576 (R\$ 1.331 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009), foi reconhecido como despesa diretamente no resultado do exercício.

Dividendos complementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, correspondentes a R\$ 17,94 por lote de mil ações, totalizando R\$ 35.788, serão propostos na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2011. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2010, aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 23.418, representado por R\$ 11,74 por ação do capital social.

A Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2009, aprovou a distribuição de dividendos correspondentes sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 16.871, correspondentes a R\$ 8,46 por ação do capital social.

(c) Retenção de lucros

Em conformidade com a legislação societária brasileira vigente, a administração da Companhia propõe a retenção dos lucros acumulados remanescentes em uma reserva de expansão, visando o suprimento de recursos necessários ao orçamento de investimentos. A proposta do orçamento para 2011, foi submetido ao Conselho de Administração em 10 de dezembro de 2010, sendo que os recursos retidos serão utilizados nos projetos de ampliação, renovação e captação de novos clientes. A destinação dos lucros acumulados para reserva de expansão foi feita ad referendum da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2011.

Com a transferência de lucros para a reserva de expansão, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o saldo do capital social. A legislação societária brasileira determina que a assembléia dos acionistas deverá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital social, ou na distribuição de dividendos. A administração irá propor a capitalização do excedente, de modo a cumprir o disposto na legislação societária brasileira.

17 Contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:



	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Cíveis	1.516	286	477
Tributárias	1.154	2.134	1.983
Trabalhistas	395	372	42
	<u>3.065</u>	<u>2.792</u>	<u>2.502</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 1º de dezembro de 2009	2.502
Adições	327
Baixas	(239)
Atualizações monetárias	<u>202</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.792
Adições	2.315
Baixas	(2.201)
Atualizações monetárias	<u>159</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>3.065</u>

A provisão para contingências cobertas por depósitos judiciais é composta como segue:

	2010			2009		
	Provisões	Depósitos	Líquido	Provisões	Depósitos	Líquido
Cíveis	1.516		1.516	286		286
Tributárias	1.683	529	1.154	2.134		2.134
Trabalhistas	431	36	395	408	36	372
	<u>3.630</u>	<u>565</u>	<u>3.065</u>	<u>2.828</u>	<u>36</u>	<u>2.792</u>

As contingências tributárias referem-se principalmente a compensação indevida de ICMS antes do pagamento do imposto. A Companhia interpôs uma ação anulatória para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e anular respectivo ato declaratório de débito fiscal, considerando que a empresa já havia recolhido a integralidade dos valores exigidos a título de diferencial de alíquotas dos bens adquiridos de outro Estado.

As contingências cíveis referem-se principalmente aos processos interpostos para anular as multas aplicadas pela Agência Reguladora e processos de baixa complexidade de reclamações de consumidores.

Existem outros processos na esfera estadual e federal que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 12.879 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 7.476 em 31 de dezembro de 2009) e referem-se, principalmente, ao seguinte processo:

Em 19 de outubro de 2009, a Companhia foi notificada da decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária no Rio de Janeiro, que homologou parcialmente as compensações procedidas pela Companhia, reconhecendo, tão somente, os valores de R\$ 1.471 e não os R\$ 4.943 resultantes de crédito de saldo negativo da CSLL do ano-calendário de 2005, exercício de 2006, informados por meio do PERDCOMP, utilizados para o pagamento de débitos próprios de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2010 seria de R\$ 8.275 (R\$ 5.830 em 31 de dezembro de 2009).

Adicionalmente a Companhia possui um montante de R\$ 177 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 224 em 31 de dezembro de 2009) referente a contingências trabalhistas classificadas como chance de êxito possível também não provisionadas.

18 Compromissos

18.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional, assinado em 18 de julho de 2008. Este contrato garante o fornecimento a partir de novembro de 2008 de 2,46 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC), quantidade essa incrementada ao longo da vigência do contrato, findando em dezembro de 2012 com a garantia de 2,91 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC). Por esse contrato, a CEG RIO se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS - e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso Take or Pay no ano de 2010, 82% da QDC nos anos de 2011 e 2012 e 80% nos anos de 2013 e 2014. Os valores pagos a título de Take or Pay poderão ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação.

Desta forma, uma vez que no ano de 2009 não foi retirada na totalidade a quantidade mínima contratada, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da obrigação de pagamento registrando na conta de fornecedores o valor de R\$ 18.522. Considerando as projeções de consumo dos próximos meses, o pagamento antecipado das quantidades não consumidas seria compensado mediante o consumo previsto em 2010 e, portanto, a Companhia registrou o seu direito de retirada no ativo no mesmo valor da obrigação correspondente.

Em 9 de abril de 2010, foi celebrado o termo aditivo nº 4 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até dezembro de 2014; (ii) as quantidades diárias contratuais - QDC's para o período de prorrogação; (iii) o ajuste do compromisso de Take or Pay para os anos de 2011 e 2012. Concomitantemente, foi assinado um Contrato de Transação Extrajudicial, na forma do qual, a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS deixou de cobrar os valores devidos pela CEG RIO referentes ao Take or Pay incorrido no ano de 2009, em contra partida a CEG RIO concordou com o aumento dos percentuais de Take or Pay para os 2011 e 2012, conforme ajustado no 4º termo aditivo. Assim, os registros contábeis da obrigação de pagamento, bem como o do direito de retirada, efetuados conforme parágrafo anterior, foram revertidos em 2010.



18.2 Compromisso com poder concedente

Em julho de 2004 e agosto de 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG RIO assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a Concessionária obrigou-se a atender aos compromissos de expansão do serviço de gás canalizado devendo implantar, na sua área de concessão, novas redes de distribuição de gás canalizado através da construção de ramais de distribuição, com capacidade para atender à demanda dos municípios de Quatis, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul, Três Rios, Teresópolis, Itatiaia, Cachoeira de Macacu, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Saquarema.

Os quatro primeiros municípios acima citados já estão sendo atendidos com rede de gás canalizado, tendo em vista o cumprimento dos compromissos assumidos em 2004 e 2005. Em agosto de 2008, no curso da Segunda Revisão Tarifária que foi concluída ao longo de 2009, o Poder Concedente concordou com a revisão que foi apresentada no Plano de Investimentos da Companhia, sendo concedido novo prazo, até 2012, para o cumprimento dos compromissos assumidos relativamente aos demais municípios ainda não atendidos.

Vale ressaltar que, com a aprovação do Plano de Investimentos da companhia até 2012, foi autorizado o atendimento a tais municípios por meio do fornecimento de Gás Natural Comprimido - GNC, com exceção do município de Itatiaia, que deverá ser atendido por meio de rede de gás natural canalizado ainda em 2010.

18.3 Demais compromissos

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais por prazos prescricionais variáveis.

19 Recebimentos antecipados

Representado por crédito do Governo do Estado do Rio de Janeiro decorrente do pagamento de parte dos bens adquiridos pela CEG RIO à CEG. Esta obrigação foi liquidada em 2010 através do fornecimento de gás natural, pela Companhia, para empresas beneficiárias de incentivo tarifário do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

20 Receita de vendas e serviços

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2010	2009
Vendas brutas de produtos, serviços e contratos de construção	1.392.186	1.081.862
Deduções da receita bruta	(178.335)	(154.654)
Receita líquida	<u>1.213.851</u>	<u>927.208</u>

21 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Companhia não operou nos exercícios de 2009 e 2010 com instrumentos financeiros derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e aproxima-se do valor de mercado.

(d) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo departamento financeiro, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

(e) Endividamento financeiro

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados:

	2010			2009		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	42.916	22.155	20.761	51.040	42.984	8.056
Não circulante		56.724	(56.724)		74.991	(74.991)
	42.916	78.879	(35.963)	51.040	117.975	(66.935)



A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 7 são divulgados os ativos de que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades, aplicações financeiras e resultados positivos de derivativos) e passivos financeiros (empréstimos e resultado negativo de derivativos) que podem ser assim apresentados:

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)
Em 31 de dezembro de 2010			
Empréstimos e financiamentos	23.268	21.084	56.092
Fornecedores e outras obrigações (ii)	105.543		
Em 31 de dezembro de 2009			
Empréstimos e financiamentos	45.144	23.323	84.535
Fornecedores e outras obrigações (ii)	93.505		
Em 1º de janeiro de 2009			
Empréstimos e financiamentos	9.924	43.363	107.063
Obrigações com arrendamento financeiro			
Fornecedores e outras obrigações (ii)	202.069		
Garantias financeiras			

- (i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (ii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

22 Débitos restituíveis - compromisso de "Take or Pay" no contrato com termelétricas

A CEG RIO possui um contrato de fornecimento de gás firme, assinado com a UTE Norte Fluminense, a qual pertence ao Grupo EDF (90%) e a PETROBRAS (10%). Este contrato prevê, além de outros compromissos, um compromisso (mensal e anual) de consumo, denominado "Take or Pay", no qual são estabelecidas metas mínimas a serem atingidas, independente da quantidade de gás efetivamente consumida a cada período. O não cumprimento dessas metas acarreta em cobranças adicionais à termelétrica, bem como em pagamentos correspondentes à PETROBRAS, nesse caso na qualidade de fornecedora da CEG RIO.

Durante o exercício de 2009, a UTE Norte Fluminense realizou alguns pagamentos relativos ao compromisso mensal de "Take or Pay" cujo total monta a quantia de R\$ 44.852, pois, para certos meses do ano, não ultrapassou o compromisso mensal estabelecido. Não houve pagamento relativo ao compromisso anual para o exercício de 2009.

Durante o exercício de 2010, a UTE Norte Fluminense realizou alguns pagamentos relativos ao compromisso mensal de "Take or Pay" de R\$ 2.007, pois, para os meses de Janeiro a Maio de 2010, não ultrapassou o compromisso mensal estabelecido. A UTE Norte Fluminense também realizou o pagamento relativo ao compromisso anual "Take or Pay" para o exercício de 2010 no valor de R\$13.395, pois não cumpriu as metas mínimas.

Estes pagamentos foram reconhecidos no passivo já que, de acordo com o contrato de fornecimento, representam antecipações de consumos futuros acima dos limites mínimos estabelecidos. Além disso, o baixo consumo da UTE Norte Fluminense fez com que a CEG RIO também não atingisse os limites mínimos previstos no contrato. Dessa forma, o mesmo valor foi pago pela CEG RIO a PETROBRAS e foi registrado no ativo como antecipação de consumo futuro nos termos descritos na Nota 18.1.

Adicionalmente, considerando que a UTE Norte Fluminense ultrapassou o compromisso mensal estabelecido para os meses de Junho a Dezembro, a mesma obteve o direito de recuperar o gás pago e não retirado em períodos anteriores, totalizando um volume recuperado de gás de 278.543 milhares de m³ que corresponde a R\$ 32.104.

Abaixo a movimentação desses compromissos restituíveis:

Saldo em 1º de janeiro de 2009	588
Pagamentos de Take or pay em 2009	44.852
Saldo em 31 de dezembro de 2009	45.440
Pagamento de Take or pay - mensal	2.007
Pagamento de Take or pay - compromisso anual	13.395
Recuperação de Take or pay	(32.104)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	28.738



23 Revisão tarifária - Ativo regulatório

Em 28 de junho de 2007, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária, conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

Em 31 de março de 2009 foi formalizado o resultado da 2ª Revisão Quinquenal Tarifária, no julgamento realizado na 4ª Sessão Regulatória do ano 2009, na AGENERSA, na qual através da Deliberação AGENERSA nº 370, foi deliberado um incremento de 11,83% de margem e foram criadas novas classes de consumo: climatização, cogeração e termelétricas, além das tarifas para consumidores livres.

Esta decisão fixou a vigência do incremento a partir da edição da deliberação, não permitindo a retroatividade. No entanto, com a publicação da Deliberação AGENERSA nº 462, de 29 de outubro de 2009, a Agência autorizou a Concessionária a realizar a compensação financeira referente ao período de 1º de janeiro de 2008 a 9 de maio de 2009 ("retroatividade") através de faturamento adicional por aumento de tarifa em 2010, 2011 e 2012 cujo valor presente montava a R\$ 25.230, calculados considerando a taxa de desconto (custo do capital) aprovada pelo órgão regulador de 10,22%.

Dessa forma, em 2009, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da retroatividade, registrando o seu direito de recebimento do ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão.

Em 2010, como resultado da aplicação das novas práticas contábeis que estão de acordo com os padrões internacionais, o ativo regulatório foi revertido retroativamente ao exercício de 2009 por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade. A partir de 2010, o referido ativo está sendo registrado na medida em que é realizado o faturamento da retroatividade. Os valores objeto de reversão em decorrência das mudanças de prática estão apresentadas na Nota 28.2.2.

24 Outras, líquidas

	2010	2009
Penalidades por desvio de programação, líquidas	292	124
Impostos e taxas fiscais	1.576	1.339
Baixa de materiais e equipamentos	330	(4)
Despesas com indenização a terceiros	537	462
Demais despesas, líquidas	359	741
	<u>3.094</u>	<u>2.662</u>

25 Resultado financeiro

	2010	2009
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	1.773	1.136
Juros e multas	629	740
Outras receitas financeiras	318	31
Atualizações monetárias ativas	125	1.230
	<u>2.845</u>	<u>3.137</u>
Despesas financeiras		
Comissões	(33)	(36)
Encargos de empréstimos	(7.613)	(9.301)
IOF	(482)	(182)
Outras despesas financeiras	(153)	(291)
Atualizações monetárias passivas	(157)	(167)
	<u>(8.438)</u>	<u>(9.977)</u>
Resultado financeiro	<u>(5.593)</u>	<u>(6.840)</u>

A variação do resultado financeiro do ano de 2010 em relação ao ano de 2009 foi motivada, principalmente, pelo menor volume de encargos sobre dívida bancária, gerado principalmente pela menor taxa de juros média (CDI) de 2010 em relação ao ano de 2009, maior volume de receita de aplicações financeiras, compensado pela menor receita de atualização monetária ativa.

26 Serviços administrativos e outros gastos gerais

	2010	2009
Serviços de manutenção	3.678	3.087
Serviço de profissionais independentes e contratados	16.752	15.625
Gastos gerais de escritório	356	326
Viagens e estadas	42	67
Aluguéis	373	372
Propaganda e publicidade	2.598	2.005
Perdas e recuperação de créditos	3.293	5.036
Provisões	1.351	120
	<u>28.443</u>	<u>26.638</u>

27 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indi-



cados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Risco Operacional (*) (**)	426.240
Responsabilidade Civil Geral (*) (**)	213.120
Responsabilidade Civil - Administradores - Diretores e dirigentes (*)	3.483

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

28 Transição para os CPCs

28.1 Base de transição

28.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras.

A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs nessa data.

28.1.2 Exceção da aplicação retrospectiva das estimativas seguida pela Companhia

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.

28.2 Conciliação entre BR GAAP antigo (anteriormente divulgado) e CPCs (atualmente divulgado)

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(i) Imposto de renda e contribuição social

Os ajustes referem-se à compensação de ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social que têm a mesma natureza (antecipação e imposto corrente).

(ii) Impostos diferidos

Conforme o CPC 32, os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos classificados como circulante passaram a ser classificados como não circulante.

(iii) Depósitos judiciais

Os depósitos que serão compensados com as respectivas provisões para contingências no encerramento dos processos judiciais foram apresentados líquidos das respectivas provisões.

(iv) Contrato de concessão

Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BR GAAP antigo a Companhia reconhecia os gastos com a infraestrutura da concessão como ativo imobilizado. Como resultado da adoção e da interpretação do ICPC01, em 1º de janeiro de 2010, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" o montante referente a esses bens vinculados a concessão que estão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no Contrato de Concessão, divulgado na Nota 11. Adicionalmente, os gastos de construção da rede de gás passaram a ser reconhecidos nas rubricas de receita de vendas e custo dos serviços prestados.

(v) Dividendos não aprovados

De acordo com o BR GAAP antigo, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com as políticas contábeis novas, os dividendos são somente reconhecidos quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. O montante de R\$ 16.871 refere-se aos dividendos reconhecidos acima do dividendo mínimo obrigatório. Da mesma forma, o montante de R\$ 23.418 em 31 de dezembro de 2009 foi também ajustado para reconhecimento no ano seguinte.

(vi) Ativo Regulatório

Em 2009, a Companhia, de acordo com o BR GAAP antigo, efetuou o registro contábil da retroatividade da revisão tarifária, reconhecendo seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão. Como resultado da aplicação das novas práticas contábeis, o ativo regulatório foi revertido por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade. No entanto, o referido ativo está sendo registrado na medida em que é realizado o faturamento adicional. Vide detalhes adicionais na Nota 23.

(vii) Ajuste a valor presente de ICMS CIAP

Esse ajuste é relativo ao CPC 12, que já estava em vigor em 2009, mas, como o efeito não era material, a Companhia não o registrou naquele exercício. Refere-se a impostos indiretos parcelados (ICMS CIAP).



(viii) Reservas de lucros

Exceto pelos itens de reclassificação, os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados e posteriormente transferidos para reserva de expansão em 1º de janeiro de 2009.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs nas seguintes datas:

- Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 (Nota 28.2.1).
- Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 (Nota 28.2.2).
- Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (Nota 28.2.3)

28.2.1 Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009

	Anteriormente divulgado	Imposto de renda e contribuição social (i)	Impostos diferidos (ii)	Depósitos judiciais (iii)	Contratos de Concessão (iv) aprovados (v)	Dividendos não aprovados (v)	Efeito total da mudança de prática	Atualmente divulgado
Ativo circulante								
Contas a receber de clientes	181.149							181.149
Tributos a recuperar	43.539	(28.892)					(28.892)	14.647
Ativos fiscais diferidos	427		(427)				(427)	
Outras contas	34.089							34.089
	259.204	(28.892)	(427)				(29.319)	229.885
Ativo não circulante								
Ativos fiscais diferidos	3.128		427				427	3.555
Depósitos Judiciais	577			(35)			(35)	542
Outros realizáveis a longo prazo	3.469							3.469
	7.174		427	(35)			392	7.566
Ativo permanente								
Imobilizado	232.459				(232.459)		(232.459)	
Intangível	460				232.459		232.459	232.919
Diferido	40.292							40.292
	273.211							273.211
Ativo total	539.589	(28.892)		(35)			(28.927)	510.662
Passivo circulante								
Fornecedores	(202.069)							(202.069)
Tributos a recolher	(38.761)	28.892					28.892	(9.869)
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	(33.742)				16.871		16.871	(16.871)
Outras contas	(14.197)							(14.197)
	(288.769)	28.892			16.871		45.763	(243.006)
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	(103.311)							(103.311)
Provisão para contingências	(2.537)			35		35		(2.502)
Recebimentos antecipados	(128)							(128)
	(105.976)			35		35		(105.941)
Patrimônio líquido								
Capital social	(53.730)							(53.730)
Reserva de capital	(90)							(90)
Reservas de lucros (ix)	(91.024)					(16.871)	(16.871)	(107.895)
	(144.844)					(16.871)	(16.871)	(161.715)
Passivo total	(539.589)	28.892		35		28.927		(510.662)



28.2.2 Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

	Anterior- mente divulgado	Impostos sobre a renda (i)	Impostos diferidos (ii)	Depósitos judiciais (iii)	Contrato de concessão (iv)	Dividendos aprovados (v)	Ativo regulatório (vi)	Ajuste a valor presente (vii)	Efeito total da mudança de prática	Atualmente divulgado
Ativo circulante										
Contas a receber de clientes	108.707						(4.621)	(4.621)	104.086	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(42.136)								(42.136)	
Tributos a recuperar	21.442	(14.883)						(58)	(14.941)	6.501
Ativos fiscais diferidos	649		(649)						(649)	
Outras contas	70.466									70.466
	159.128	(14.883)	(649)				(4.621)	(58)	(20.211)	138.917
Ativo não circulante										
Contas a receber de clientes	21.058						(21.058)		(21.058)	
Ativos fiscais diferidos	4.761		649						8.787	13.548
Tributos a recuperar	2.388							(442)	(442)	1.946
Depósitos judiciais	808			(35)					(35)	773
Outras contas	39.552									39.552
	68.567		649	(35)			(12.920)	(442)	(12.748)	55.819
Ativo permanente										
Imobilizado	248.891				(248.891)				(248.891)	
Intangível	1.057				248.891			908	249.799	250.856
Diferido	34.852									34.852
	284.800							908	908	285.708
Ativo total	512.495	(14.883)		(35)			(17.541)	408	(32.051)	480.444
Passivo circulante										
Empréstimos e financiamentos	(42.984)									(42.984)
Fornecedores	(93.505)									(93.505)
Obrigações trabalhistas	(57)									(57)
Tributos a recolher	(38.200)	14.883						14.883	23.317	(23.317)
Contas a pagar a partes relacionadas	(1.151)									(1.151)
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	(40.145)					23.418			23.418	(16.727)
Demais contas a pagar	(4.293)						2.743		2.743	(1.550)
	(220.335)	14.883				23.418	2.743		41.044	(179.291)
Passivo não circulante										
Empréstimos e financiamentos	(74.991)									(74.991)
Provisão para contingências	(2.827)			35					35	(2.792)
Débitos restituíveis	(39.180)									(39.180)
Recebimentos antecipados	(32)									(32)
	(117.030)			35					35	(116.995)
Patrimônio líquido										
Capital social	(72.377)									(72.377)
Reserva de capital	(90)									(90)
Reservas de lucros (viii)	(102.663)					(23.418)	14.798	(408)	(9.028)	(111.691)
	(175.130)					(23.418)	14.798	(408)	(9.028)	(184.158)
Passivo total		14.883		35			14.798	(408)	32.051	(480.444)

28.2.3 Conciliação do lucro líquido em 31 de dezembro de 2009

	Anteriormente divulgado	Contrato de construção (iv)	Ativo regulatório (vi)	Ajuste a valor presente ICMS (viii)	Contrato de concessão	Efeito total da mudança de prática	Atualmente divulgado
Operações continuadas							
Receita	924.877	24.818	(22.487)			(22.487)	927.208
Custos operacionais	(815.641)	(24.818)	825			825	(839.634)
Lucro operacional	109.236		(21.662)			(21.662)	87.574
Receitas financeiras	3.239		(510)	408		(102)	3.137
Despesas financeiras	(10.038)		61			61	(9.977)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	102.437		(22.111)	408		(21.703)	80.734
Imposto de renda e contribuição social	(32.006)		7.313			7.313	(24.693)
Lucro do exercício das operações continuadas	70.431		(14.798)	408		(14.390)	56.041
Operações descontinuadas							
Lucro do exercício das operações descontinuadas							
Lucro líquido do exercício	70.431		(14.798)	408		(14.390)	56.041

• • •



ceg rio



Av. Pedro II, 68 - Parte . São Cristóvão
CEP: 20941-070 . Rio de Janeiro . RJ